



Das terras altas ao norte às terras altas ao sul, povos Jê nas Américas

*From the northern highlands to the southern highlands, Ge peoples
in the Americas*

*Desde la sierra del norte hasta la sierra del sur, los pueblos Ge en
América*

Jefferson Virgílio [*]

[*] Antropólogo no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: jefferson.virgilio@ufsc.br.

Resumo: A proposta do artigo é recuperar as ocupações territoriais de populações que são compreendidas como ancestrais ao povo indígena Laklãnõ. É incentivado um diálogo interdisciplinar entre arqueologia e linguística, procurando também explorar os conhecimentos construídos na antropologia, ecologia e geografia. O ensaio é uma versão bastante reduzida de um capítulo da tese de doutoramento da parte autora.

Palavras-chave: Laklãnõ; Povos Jê; Povoamentos nas Américas.

Abstract: The purpose of the paper is to recover the territorial occupations of populations that are understood as ancestors to the Laklãnõ indigenous people. An interdisciplinary dialogue between archeology and linguistics is encouraged, also seeking to explore the knowledge built in anthropology, ecology and geography. The essay is a very abridged version of one of the chapters of the author's doctoral thesis

Keywords: Laklãnõ; Ge peoples; Settlements in the Americas.

Resumen: El propósito de este trabajo es recuperar las ocupaciones territoriales de las poblaciones consideradas ancestrales del pueblo indígena Laklãnõ. Se fomenta un diálogo interdisciplinario entre la arqueología y la lingüística, buscando también explorar el conocimiento generado en la antropología, la ecología y la geografía. El ensayo es una versión muy abreviada de uno de los capítulos de la tesis doctoral del autor.

Palabras clave: Laklãnõ; Pueblos Ge; Asentamientos en las Américas.

Introdução

Sobre os Jê do Sul, Noelli (2004, 21) lembra que “*não existe uma explicação apropriada sobre a evolução do tamanho e da complexidade demográfica, dos processos de ocupação do espaço ao longo dos últimos dois mil anos e, [...] das continuidades e mudanças em termos de padrão de assentamento.*” Esta lacuna está longe de ser preenchida.

Procuramos subsídios que permitam avançar para situar ocupações e deslocamentos dos Jê do sul. A proposta é recuperar registros de populações compreendidas como ancestrais aos Laklãnõ, encontrados sob vários etnônimos, como Botocudos, Kanhgág, Aweikoma e Xokleng. Os diálogos são com a arqueologia e a linguística, estabelecendo as dispersões das populações.

Pesquisas sobre as ocupações territoriais dos Laklãnõ costumam direcionar para um dos três estados da região sul, por vezes limitadas para uma área menor. Assim, tentativas em traçar os territórios demandam atenção para produções de autores e disciplinas variadas que dialogam pouco entre si. Schmitz (2009) alega que o problema atinge estudos de povos indígenas em toda a região sul tanto na arqueologia, como na antropologia e na história. Incluiria ainda as pesquisas em linguística.

Parte das publicações analisam ocupações nos mesmos espaços ao longo de séculos ou milênios. Bueno e Dias (2015) sugerem que determinados espaços podem ser *hot spots*, pela facilidade de mobilidade e a abundância de recursos no entorno.

Poucas publicações refletem profundamente sobre movimentos de populações ao longo dos séculos sobre um território alargado ou relações entre populações classificadas em distintas tradições, subtradições e fases (Silva e Noelli 1996). Há predominância por estudos menos sistemáticos e com limitadas coberturas territoriais, seja de superfície, seja de camadas mais profundas (Brochado 1984, Ribeiro 2000). A representação de povos que a literatura considera ancestrais das populações Jê do Sul recupera ocupações e migrações antigas. Procura-se construir as rotas de dispersões dos povos pertencentes ao tronco linguístico Macrojê, permitindo a estruturação de argumentações sobre as ocupações territoriais do povo Laklãnõ. Parte dos territórios tradicionais Laklãnõ possuem recursos em disputa com outros povos indígenas (Reis 2002, Wiik 2004, Jolkesky 2010). As presenças de indígenas Kanhgág e Mbyá são identificadas nos registros escritos, em tentativas de representações gráficas das áreas, nas memórias e nos mitos tradicionais.

Distante de propostas prévias (Noelli 1999-2000 e 2004, Perin *et al* 2019) que compreendem que os Jê são confinadas nas terras altas pela presença de indígenas Tupiguarani nas partes baixas, sugiro que a ocupação das terras altas é intencional pelos povos Jê, e uma estratégia de sobrevivência e de isolamento social, permitindo modos de preservação e de disseminação culturais únicos. Destaca-se que posições espacialmente elevadas são vantajosas em disputas bélicas. A hipótese é fortalecida ao analisarmos os trajetos possíveis pelas terras altas entre diferentes núcleos Jê que estão espalhados pelo território brasileiro e ao propormos uma alternativa para as rotas de dispersões populacionais.

Analisar, descrever e compreender o espaço, assim como suas características peculiares, enquanto ocupação tradicional é tema recorrente entre arqueólogos (Brochado 1984, Lavina 1994, Reis 2002, Schmitz 2016). Ribeiro (2000) e Reis (2002) pontuam questões sobre funções de defesa e de guerra perceptíveis nos sítios arqueológicos que remetem para estas populações e que estão localizadas nas partes mais altas dos territórios. Destacam as estruturas elevadas de terra, cordões de isolamento, ligações entre estruturas subterrâneas, e se quisermos chamar assim, *quasi*-barricadas. Poirier (2006) lembra que as galerias entre estruturas nas encostas são importantes para a defesa contra incursões. A situação reforça que escolher lugares elevados, ainda que com climas rígidos e sazonalidade de recursos alimentares, não é acaso ou imposição terceira, mas sim uma segurança construída para se prevenir de ataques de outros grupos e de animais. Não é à toa que ocorra a escolha por locais elevados, é devido à vantagem estratégica de antecipar invasores, além da ação da gravidade em uma disputa de arquearia. Um interlocutor de Cruz (2014, 210) comenta sobre as partes altas: “*Lugar onde eles, no passado, avistavam a vinda dos brancos que vinham pelo rio.*” Gakran e Campos (2021) exemplificam o uso defensivo do topo de uma serra pelos Laklãnõ.

Menções para disputas por araucárias e restrições no acesso as mesmas surgem com Schmitz e Becker (2006, 81) quando afirmam que “[...] *para evitar conflitos de grupos familiares, uma rigorosa distribuição dos pinheirais [era feita] com marcações de limites e [ainda] leis draconianas para os transgressores [...]*”. Se considerarmos os trânsitos de araucárias com os deslocamentos pelas terras altas, podemos propor os caminhos dos Jê para a região sul. E uma análise que envolva a linguística, a arqueologia e a antropologia, talvez seja um ponto de partida possível.

Algumas informações iniciais

Vários autores (Ribeiro 2000, Bueno e Dias 2015, Cheliz *et al* 2020) afirmam que no holoceno médio ocorrem episódios desencadeadores de depopulação no território do Brasil central,

além de regiões no Nordeste e no Sul do Brasil. A característica dos episódios é climática, com aumento da temperatura e redução da umidade em faixas de terra por todo o território do Brasil. Os efeitos não seriam sentidos apenas na Amazônia e em partes do litoral brasileiro, áreas ocupadas principalmente por povos falantes de línguas estranhas ao tronco Macrojê. O período de seca permanece entre mil e três mil anos em boa parte da região. O período entre a metade e o final do intervalo coincide com dois fenômenos localizados no Brasil central. O primeiro é a ampliação da floresta de araucárias, que reduz as temperaturas e aumenta a umidade do ar (Dias 2012, Dias e Bueno 2013). Fenômeno que continua um processo iniciado há doze mil anos, na última era glacial.

O segundo fenômeno é a chegada e a partida de um conjunto de populações, de incertas origens, que povoarão com descendentes em um intervalo de menos de três milênios todo o território nacional com exceção da Amazônia, das partes nortes e lestes do litoral brasileiro e da região nordeste do país (Dias 2012). Não devemos descartar a origem não-mongoloide das populações, sugerida por Neves (1999) e por Bueno e Dias (2015). Silva *et al* (2021) destacam a baixa correspondência genética de populações Jê com indígenas de outras regiões da América. Populações mongoloides teriam alcançado as Américas em três frentes distintas, entre oito e doze mil anos atrás, pelo estreito de Bering. As rotas que fizeram são incertas, mas há propostas, como em Bueno e Dias (2015).

As populações não-mongoloides são anteriores aos doze mil anos e possuem poucos registros ósseos devido ao modo de sepultamento (Dillehay 1997). O autor sugere lugares pouco convencionais de enterro. É provável, no entanto, terem se misturado com os mongoloides posteriormente (Dillehay 1997, Bueno e Dias 2015). A dupla invisibilidade é explicada por dois fatores combinados: Práticas crematórias generalizadas por povos não-mongoloides (mantida pelos Laklãnõ), combinada com perdas biológicas ao se misturarem com as populações mongoloides.

Dias e Bueno (2013) apontam o desaparecimento de enterros há oito mil anos no Brasil central, quando e onde os Protojê surgem, absorvendo outras populações. Situação similar ocorre com a cerâmica, onde apenas a cerâmica dos absorvidos ou invasores possuem registros, permitindo falhas nas análises arqueológicas. Dillehay (1997) identifica menor presença de cerâmica entre os primeiros não-mongoloides. Araujo (2007) sugere a acidez do solo como razão da falta de ossos em estruturas subterrâneas, e registra ausência de cerâmicas. Araujo (2007) antecipa problemas em relacionar cerâmicas com continuidades genéticas (e diria linguísticas).

Esta população é o ancestral mais antigo de vários povos que possuem um tronco linguístico comum, conhecido como Macrojê. Uma representação gráfica da ocupação territorial destes povos

está disponível em Nikulin (2020, 4). O trânsito das populações pelas terras altas em direção ao sul do Brasil é acompanhado pela dispersão da floresta de araucárias nos mesmos sentido e período.

Pela ancestralidade dos povos Jê com as araucárias essa chegada conjunta não é coincidência. Ainda que o gênero primitivo das araucárias surja no período triássico da era mesozoica, as trinta espécies presentes na região sul são mais recentes, estabelecidas durante a última era glacial, entre 100 mil e 12 mil anos atrás (Koch e Corrêa 2002). O bioma da Mata Atlântica com as atuais características não se estabelece antes de dois ou três mil anos atrás (Dias 2012, Dias e Bueno 2013).

Bauermann e Behling (2009) informam que a araucária era abundante entre 42 e 18 mil anos atrás, mas com as mudanças climáticas ela desaparece das partes altas e se limitou para as partes baixas. Cerca de onze mil anos atrás a temperatura volta a subir e a araucária se expande timidamente devido a ação de rios e ventos nos vales. É apenas entre 4300 e mil anos atrás que há uma elevada ampliação da floresta de araucárias, que compreendemos ser ação antrópica, pois acompanha não apenas o desenvolvimento dos povos Jê, como ocorre nos mesmos locais e períodos.

Comparando mapas da floresta de araucárias (Bauermann e Behling 2009), da dispersão de línguas do Macrojê (Nikulin 2020) e sítios arqueológicos (Ribeiro 2000) são nítidas as sobreposições. Nos últimos quinhentos anos a araucária volta a ocupar as partes altas da serra. Bauermann e Behling (2009) identificam que esporos de *Dicksonia sellowiana* também passam a ocupar as partes altas da serra nos últimos cinco séculos. Este xaxim é componente obrigatório para a produção da bebida *móg pe*, produzida somente pelo povo Laklãnõ. E exatamente no período que conhecemos como a ocupação efetiva e permanente dos Laklãnõ nas partes altas da Serra Geral do Mar.

Schmitz (2016) lembra que são os ancestrais dos Jê que levam as araucárias, entre os séculos VI e XVII para o sul. Nas áreas baixas, a partir do século XI. O marco temporal com início no século VI coincide com a separação linguística entre Laklãnõ-Kanhgág e Ingaín-Kimdá. O século XI coincide com separações entre os Kanhgág e os Laklãnõ, que se estenderia por três ou quatro séculos.

As separações de populações por um núcleo populacional principal não são uma característica exclusiva dos povos Jê, mas um fenômeno comum. A bibliografia sobre é vasta, como por exemplo em Brochado (1989), Poirier (1997) e Noelli (1999-2000).

Alguns pontos específicos chamam a atenção:

- I) A precária quantidade de material para datação relacionada com um corpo principal.
- II) A variedade de material para datação com os corpos que se separam do núcleo principal.
- III) O deslocamento pelas terras altas pelo núcleo principal.
- IV) Dispersões de núcleos menores para áreas baixas em direções perpendiculares aos deslocamentos do núcleo principal pelas terras altas.
- V) Mínimos e tardios contatos do núcleo principal com outros povos.
- VI) Contatos *quasi*-imediatos com absorções e trocas com outros povos por todos os núcleos menores após se separarem do núcleo principal.
- VII) Contatos limitados ou inexistentes entre o núcleo principal com demais após separações.

O modelo de separação é antigo e origina os povos do tronco Macrojê. Aí a necessidade da hipótese que relacione os povos em uma linha temporal e que tente os localizar geograficamente.

Seguindo deslocamentos, distâncias linguísticas e datações arqueológicas é possível estabelecer a cronologia de separações e distribuições de conglomerados populacionais. Não apenas nos do Sul, mas da maior parte dos povos Jê. Compreendemos como sendo línguas Jê os mesmos idiomas que Nikulin (2020, 7,83,92,178) organiza nos cladogramas disponíveis em sua tese.

Diferentes autores (Urban 1998, Perin *et al* 2019), compreendem que a população que dá origem a família linguística Jê se separa entre as nascentes dos rios Araguaia e São Francisco, pontos distantes mil km entre si. Uma área caracterizada por uma longa cadeia de serras e montanhas.

Urban (1998) acredita que um grupo mais antigo, sofre separações antes de chegar ali, e que veio do Leste, de um ponto entre o Rio de Janeiro e a Bahia, entre 5 e 6 mil anos atrás. A hipótese surge pela presença de várias línguas Macrojê ali. Os estudos linguísticos confirmariam que tais línguas pertencem a três famílias linguísticas (Kamakã, Borum e Maxakali). A análise linguística atual confirma que as três famílias possuem o ancestral comum há no máximo dois mil anos atrás.

Analisando a cerâmica, Brochado (1984) situa a presença de ancestrais dos Jê, um pouco mais ao norte destes territórios, em pelo menos um milênio antes. O problema é que estes ancestrais são dos produtores da cerâmica, e não dos Jê. Considerando conhecimentos disponíveis na atualidade de outras disciplinas, as afirmações podem ser questionadas. O provável é que um dos pontos de dispersão partiu de algum local à oeste da nascente do Araguaia, em área montanhosa.

E podemos considerar múltiplos pontos de dispersão e fusões entre eles. Em uma das uniões a ocupação de terras altas passa a ser característica. A preferência por terras altas surge no holoceno

médio, com a flutuação do nível do mar após o degelo de calotas polares da última era glacial (Bueno e Dias 2015). A alteração no nível do mar aparece nos mitos de origem dos Jê, quando mencionam a subida das águas e a consequente ida para o topo das montanhas para se salvarem.

Nos mitos, dois povos se unem, um vindo da água (via de regra do mar) e outro da pedra (com menção para montanha) ou terra (com menção para buraco na terra). Para os Laklãnõ, além do povo da água (*Vājēky*) e da pedra (*Klendó*) há um povo mais antigo, do fogo (*Kainlé*), que acredito ter origem à oeste dos Protojê. Este povo do fogo provavelmente veio do cinturão de fogo boliviano, próximo a algum vulcão que entrou em erupção em tempos remotos, forçando populações sobreviventes para se locomoverem para o leste. Enquanto o vulcão expulsa este povo para leste, a subida do mar força outro povo, com possível relação com sambaquis, para terras mais altas à oeste.

Este povo pode ser o ancestral da água. O ancestral da pedra/terra é com certeza o responsável pela preferência pelas partes mais altas das serras e pela utilização de estruturas subterrâneas. A proposta ainda ajuda a explicar o evite de cruzar rios e a preferência por montanhas, evitando áreas fluviais que acabam densamente povoadas por populações Tupi e Guaraní séculos depois (Brochado 1989). Outras populações que acabam compondo os materiais genético e cultural de povos que estão no tronco Macrojê partem do litoral brasileiro, entre as regiões nordeste e sudeste, e um grupo absorve o outro. São as populações ceramistas que aparecem em Brochado (1984). Eram ceramistas os povos do litoral nordeste no contato. Os povos com línguas do Macrojê não possuíam cerâmica até então.

Brochado (1984) coloca a cerâmica sob a alcunha de “*Pedra do Caboclo*” surgindo há menos de três mil anos em algum ponto do Nordeste. Seria continuidade da tradição Mina, que segundo ele veio do Oeste, cerca de três mil anos antes deste período em local próximo à foz do rio Amazonas.

Em outro texto Brochado (1989) sugere que a cerâmica nordestina não alcança os Jê no Brasil central antes de mil ou mil e quinhentos anos atrás. Concordamos, tanto com a chegada tardia, como com os produtores originais não serem povos Jê.

Um problema surge com as uniões entre ceramistas e não-ceramistas, pois a arqueologia ignora parte dos registros dos segundos, considerando ou priorizando apenas sítios dos primeiros, a partir do que é abundante ou conhecido. Ao relacionar áreas e tempos de dispersão linguísticas com dados de datações cerâmicas, e uma completando os traçados e valores da outra, podemos acabar em uma análise circular, carente de maior confiabilidade.

Não questionamos as relações de continuidade entre as cerâmicas Mina e Pedra do Caboclo, mas a ancestralidade Jê que alguns autores implicam para elas. Brochado (1984), por exemplo, destaca a tradição “*Pedra do Caboclo*” em áreas altas, com temperaturas frias, presença de araucária, e por isso tenta as relacionar com os ancestrais dos povos Jê ao sul, mesmo identificando problemas básicos de continuidade. O que compreendemos é que uma parcela substancial dos núcleos Jê que foram sendo expulsos, absorve a cerâmica que vinha de cima e para lá levam a araucária.

Se considerarmos que apenas um dos povos possui registros de cerâmica prévios a absorção de um grupo pelo outro, ignoramos ocupações anteriores de parte deles, pois possuem pouco ou nenhum resquício de cerâmica para datação direta.

A partir do momento que dois ou mais dos povos compartilhem cultura material, e se dividem novamente, há o risco de serem considerados um só povo, ou pior, que possuem único ancestral comum. A situação é nítida ao observarmos a variedade ceramista que é identificada como relacionada aos povos do tronco Macrojê.

Não é possível relacionar com apenas uma tradição, como nos revela José Brochado (1984) ao listar cerâmicas com datação entre dois mil e mil anos atrás. Também não é possível fazer relações cronológicas condizentes com as dispersões espaciais da língua. Em certos casos o deslocamento da cerâmica e de materiais líticos nem mesmo caminham juntos, o que é bastante sintomático.

Brochado (1984) apresenta o caso do estilo Jataí, que segundo ele veio do Sul ou Sudeste, lembrando a tradição Taquara, mas sendo temporalmente incompatível com a cerâmica do Norte, seja a Una ou a Pedra do Caboclo, e, portanto, incompatível com a própria cronologia que constrói, onde a cerâmica Jê viria do Norte e derivada destas duas - e da Mina). Outro autor que se perde ao tentar relacionar as cerâmicas das regiões sul e norte do país com povos ancestrais Jê é Araujo (2007).

Brochado não consegue perceber que a rara presença de cerâmica em alta altitude e a incomum dimensão reduzida dos artefatos do estilo são elementos relacionados entre si. É impraticável carregar pesadas cerâmicas e de dimensões maiores ao longo de dias de caminhadas pelas serras. Estamos falando de uma população claramente nômade e montanhista. Araujo (2007) percebe que as cerâmicas são mais leves, mas não vê a razão. Há discrepâncias fortes entre artefatos líticos e cerâmicas em comparação com outros sítios. A cerâmica e os líticos não caminharam juntos.

A cerâmica Jataí é muito atrasada para ser incluída na linha cronológica. São mil anos de atraso. Brochado chega a sugerir uma subtradição que se isolaria sem deixar registros e que veio do Norte ao invés de aceitar que a cerâmica que tem similitude com outras duas fases do Sul (Taquaraçu e Taquara) possui origem diversa. Araujo sugere uma volta pelo Paraguai sem registros conhecidos.

Indiretamente Brochado sugere que seria continuidade da fase Serranópolis, pois o surgimento de uma é coincidente com o término da outra. Mas o que ocorreu foi a substituição de tecnologia pela invasora e não a continuidade de uma técnica. Além disso, diferentes povos Jê que são separados do núcleo principal podem absorver diferentes tradições cerâmicas, por vezes com origens muito diferentes. A situação explica a falta de relações de conexão entre diferentes povos Jê, localizados ao sul e ao norte, como a contemporaneidade no surgimento de cerâmicas tão distintas para povos falantes de idiomas tão relacionados, mas territorialmente tão separados. E permite compreender distinções mais radicais como a presença de igaçabas apenas em locais ou tempos específicos, sendo inexistentes em outros espaços e momentos. Brochado (1984) e Júnior (2006) admitem a influência de outros povos como explicação para as urnas funerárias entre cerâmicas de povos Jê.

Determinados desenvolvimentos e conhecimentos, se fossem comuns aos Jê e prévios, não seriam abandonados e retomados vários séculos depois, como o manejo do barro no calor. O conhecimento é necessário desde a primeira fabricação de cerâmica, o que dificulta aceitar os lapsos temporais de séculos entre cerâmicas identificadas como continuidades com origem comum. O provável é a ocorrência de múltiplas absorções, em locais distintos, por povos que não tinham trocas regulares entre si, permitindo sustentar as múltiplas separações que é proposta para os povos Jê, além da sugestão de que os povos Jê não são tradicionalmente ceramistas. O caso Jataí é justamente o encontro de diferentes frentes de expansão de cerâmicas que foram absorvidas por diferentes povos Jê, uma vinda do Sul e outra do Norte.

Assim, povos Jê não são ceramistas, mas em dados contextos, quando se separam do núcleo principal, podem absorver cerâmicas disponíveis de outros povos, como outros elementos culturais, e os reproduzem como se fossem suas de facto.

Uma proposta para as origens e separações dos povos Jê

Urban (1998), Perin *et al* (2019), entre outros, identificam um dos pontos de dispersão da família linguística Jê entre o Mato Grosso e Minas Gerais. Concordamos que ancestrais da família

linguística Jê transitaram entre os pontos. Não concordamos com a sugestão de uma população mais ancestral, do Norte, sudeste ou nordeste do leste do território. Considerarmos que a população está no ponto ao oeste da faixa sugerida e que as divisões e deslocamentos partem deste ponto. Os ancestrais dos Arikapu, Chiquitano, Djeoromitxí, Karajá, Ofayé e Rikbaktsá são compreendidos como os primeiros conglomerados a serem separados do núcleo populacional principal.

O núcleo principal se desloca para leste pelas partes altas e durante o deslocamento outros grupos se dispersam para outros locais e direções ao longo do tempo. Os grupos são expulsos por razões indefinidas, orientadas por incompatibilidades de manutenção ou de mudanças de aspectos culturais e por necessidades de divisões devido ao tamanho alcançado pela população.

Os ancestrais dos Chiquitano são os primeiros a se separar do núcleo mais tradicional. Seguem para oeste, chegando em territórios da Bolívia. A jornada ocorre há mais de seis mil anos, antes do estabelecimento de algo que possa ser denominado como Jê. Alguns vão denominar a população como Protojê (Jolkesky 2010, Nikulin 2020). Os Chiquitano não são um povo Jê. Nikulin (2020) sugere uma relação entre os ancestrais destes com os mais antigos Tupi e Jê. O povo Chiquitano é estritamente próximo ao Macrojê primitivo, e é possível que os ancestrais dos Chiquitano possam remeter para o povo descrito nos mitos Laklânõ como o povo que veio do fogo (*Kainlé*).

Ancestrais dos Arikapu, Djeoromitxí e Rikbaktsá foram em direção próxima aos Chiquitano, mas seguem um trajeto mais ao noroeste, em direção a Amazônia brasileira, pela Serra dos Parecis. Os ancestrais dos três povos e os ancestrais dos Ofayé surgem nas primeiras divisões que atingem ancestrais antigos dos povos Jê. Voort (2007) afirma que os ancestrais dos Arikapu e Djeoromitxí vieram do Leste. E ocorreu, segundo Maldi (1991), antes da chegada dos Tupi na região, ou seja, no mínimo cinco ou seis mil anos atrás. Os ancestrais dos Arikapu e Djeoromitxí permanecem como um só povo indo para esta direção muito antes dos ancestrais dos Rikbaktsá. Voort (2007) coloca a separação entre Arikapu e Djeoromitxí há no mínimo dois mil anos. Não foi identificada a presença de cerâmica para estes povos antigos.

Nikulin (2020) propõe uma separação inicial que divide os Jê em três núcleos, nomeia como ocidentais, orientais e Karajá - sem os Chiquitano, que entende ser um contato prévio. Os Ofayé, Arikapu, Rikbaktsá e Djeoromitxí são todos do primeiro núcleo.

Antes de se dirigir ao noroeste os Rikbaktsá e os Ofayé deviam ser um só povo, seguindo para oeste, até se separarem com os Ofayé indo para o sul e os Rikbaktsá para o norte. Eles vão se instalando na direção dos locais onde permanecem desde então.

A língua dos Rikbaktsá é considerada língua isolada, não integrando uma família linguística no Macrojê, reforçando a separação prematura desta população de outras populações Jê. O contato com amazônicos, e o manejo de canoas, fato raro entre os Jê, reforça a separação ser antiga. O domínio no uso de canoas os nomearia como *canoeiros*. A técnica com certeza advém de uma população amazônica. Sobre os Jê e as (não) relações com as águas e as canoas, Hemming (2008, 135) é claro: “*Most Ge tribes are non-aquatic, being often unable to swim and unfamiliar with canoes.*”

Os ancestrais dos Karajá se separam em algum período entre cinco e seis mil anos atrás e vão na direção do território atual dos Xavante (que ainda não estavam na região), caminhando em direção norte ou mais provavelmente nordeste.

Os Karajá possuem variação linguística entre sexos (Júnior 2020). Cavalcanti-Schiel (2007) aponta elementos sociais e ritualísticos que os colocam entre os Jê e Tupi, reforçando uma cisão antiga, uma das primeiras após a saída dos Chiquitano, quando certas distinções entre o Protojê e o Prototupi não estavam estabelecidas. A fala distinta, e a distinção da posição e papel dessas mulheres, é fato raro entre os Jê. Júnior (2020) sugere que no início boa parte das mulheres incorporadas aos Karajá fossem na verdade de outro povo e que a distinção seja importação cultural. Este outro povo poderia ter resquícios matrilineares ou até matriarcais.

Já o núcleo oriental é composto pelos ancestrais de todos os demais povos Jê. O que Nikulin chama de núcleo oriental, compreendo ser o núcleo principal no período. Um núcleo que se desloca para leste, na direção do atual Goiás, sempre pelas terras mais altas e evitando atravessar os rios.

Cerca de cinco mil anos atrás o núcleo principal continua indo para leste em direção a Minas Gerais com mais separações cerca de três mil anos atrás, com um grupo iniciando a jornada para o nordeste. É ancestral direto dos Jaikó, que segue o rio São Francisco, sem o atravessar, até chegar ao sul do Piauí. O deslocamento é pelo feixe da Mata Atlântica que está na parte oeste de Minas Gerais, Bahia e Piauí. É significativo uma faixa contínua de Mata Atlântica isolada entre dois outros biomas. É resultado da dispersão de sementes pelos Jaikó nos deslocamentos até lá. Esta área pode e deveria ser de altíssimo interesse arqueológico.

Outro núcleo se separa alguns séculos após próximo do rio São Francisco, ao sul, em Minas Gerais, e após atravessar ou contornar o rio se dirige ao litoral, e se divide. Surgem as famílias linguísticas Kamakã, Borum e Maxakali. Inicialmente os Borum e Kamakã permanecem como um só povo, indo para o norte, enquanto os Maxakali vão para o sul. Posteriormente parte dos Borum se deslocam para o sul. Estes povos são os primeiros Jê receptores da cerâmica Una, vinda do Norte, entre mil e dois mil anos atrás. Brochado (1984) menciona nominalmente os Koropó

(Maxakali), mas a cerâmica Una, e cerâmicas daí derivadas, alcançam a maior parte dos Jê que residiam nos atuais Rio de Janeiro e Espírito Santo, além do sudeste de Minas Gerais e da parte norte do atual São Paulo (Seda *et al* 2011). Ainda segundo estes autores, no noroeste de Minas a absorção da Una pode ter ocorrido desde 3500 anos atrás. Mas é improvável uma absorção e não ser dispersada para outros Jê por dois mil anos. Em Goiás e na Bahia a cerâmica não surge antes dos últimos mil anos.

Seda *et al* (2011) consideram a possibilidade de descida de uma cerâmica do Nordeste há menos de 1200 anos atrás, com características da tradição Aratu. Esta tradição alcança as frentes Jê que passam pelos estados de Espírito Santo, Sergipe, Piauí, Bahia e Goiás. É possível duas ou mais cerâmicas concorrentes neste contexto. Segundo Brochado (1984), a cerâmica Aratu desce no trânsito para o sul dos Borum e dos Maxakali até o Rio de Janeiro, alcançando outros Jê mais ao sul, os Kanhgág e os Panará, ambos em São Paulo. Brochado afirma que esta cerâmica demanda que o povo que a produz circule, não apenas que a cerâmica circule. Assim, os disseminadores são quem se movimenta entre norte e sul pelo litoral ao leste da serra. Uma hipótese muito mais provável é que apenas as mulheres (ceramistas) circularam. Brochado (1984) menciona a forte presença de *Araucária angustifolia*, sítios de ocupação acima dos 700 metros de altitude, proximidade com a Serra Geral do Mar nos sítios com cerâmica Una nesta região, reforçando o contato desta com povos Jê.

No período quando estas famílias linguísticas são geradas, o núcleo principal vai partir para o sul, mas antes expulsa alguns integrantes. O núcleo principal neste período se restringe ao que a linguística denomina como família Jê. A separação ocorre há cerca de dois mil anos no território de Minas Gerais, gerando um núcleo que inclui ancestrais de dezenas de povos indígenas. É um conglomerado entre o que a linguística entende como Jê setentrionais (ou do Norte) e os Jê centrais.

Antes de seguir para o sudoeste em direção a São Paulo, um grupo segue para oeste e terá como descendentes os Panará. Araújo (2007) sugere que estes indígenas têm cerâmica Aratu. Brochado (1984) coloca a Aratu entre 1000 e 1500 anos atrás, destacando que a Aratu é obtida de um povo terceiro. Júnior (2006) informa que os povos que recebem a cerâmica invasora na região até mil anos atrás possuem características da Una, quem recebe após possui características da Aratu ou da Sapucaí. Júnior defende que a Una foi absorvida pela Aratu entre os séculos II e XV. Júnior (2006) sugere que a cerâmica veio do sudeste da Amazônia se dirigindo pelo centro-oeste até o Nordeste. No entanto, compreendemos uma posição entre a de Brochado (1984) que sugere uma relação de continuidade entre a Una e a Aratu, e a percepção de Seda *et al* (2011, 79), que entendem como duplamente influenciáveis entre si. Entendemos que foi o sentido contrário. As origens

tendem a ser do nordeste brasileiro (Aratu) e em alguma região próxima de Minas Gerais (Una), e em algum local entre os atuais Espírito Santo e Rio de Janeiro, no litoral, à leste da serra, trocam influências entre si e o resultado disto circula para territórios à oeste. A disseminação alargada pela região de Minas foi claramente provocada por povos Jê, mas as origens das cerâmicas Una e Aratu são de outros povos e locais. Arriscaria que a cerâmica que os Panará levam para o oeste (Aratu ou Sapucaí) é adaptação deles para a Una que recebem à nordeste de outros Jê entre 500 e 1000 anos antes.

Pela localização geográfica, os ancestrais dos Koropó, ao sul, após absorverem a Una a resinificam e transmite para os Panará uns séculos depois. A circulação deve envolver outros povos, como ancestrais dos Kanhgág e Puri. Os Koropó absorvem uma leva de Puri e ainda uma diminuta população Kanhgág. Uma característica compartilhada pelas cerâmicas, são as urnas funerárias, e para o caso dos Panará, inclusive próximo de estruturas subterrâneas (Júnior 2006), evidenciando serem invasoras incorporadas. Júnior (2006) e Seda *et al* (2011) identificam cremação e vestígios de urnas funerárias nestes sítios. Compreendo se tratar de escravidão promovida pelos ancestrais dos Kanhgág ou dos Panará contra ancestrais dos Xetá. Araujo (2007) considera a tradição Una influenciando a tradição Itararé-Taquara. É muito improvável. A Una não avança tanto para o sul. Se avançou dali foi para oeste, justamente como Aratu, Sapucaí e (sub-) tradições relacionadas.

Outro conglomerado populacional segue para o norte antes de se dividir em duas frentes. Uma frente tem os ancestrais dos Akroa, Akuwé, Akwen, Xavante e Xakriába, e a outra os ancestrais dos Apinajé, Canela, Krahô, Krikati, Parkatêjê, Pykobje e Timbirá. Os primeiros são conhecidos como Jê centrais, ou família Akwe. Os segundos são a família Timbira, que faz parte dos Jê setentrionais (ou do Norte). Um terceiro grupo vai para noroeste para gerar os ancestrais dos Kisedje, Tapayuna, Xikrin e Kayapó. Destaque-se que ao contrário do que a distância espacial sugere, as distâncias linguísticas e culturais garantem que os ancestrais dos Jê centrais se separam do núcleo principal primeiro, cerca de três mil anos atrás. Apenas após quase um milênio é que o núcleo populacional principal expulsa os ancestrais dos Jê setentrionais (Toledo 2020), que depois se separa em duas frentes distintas.

A chegada dos Jê meridionais nos territórios do sul da América

Ao descer para o território da atual São Paulo, o núcleo principal expulsará outra população, antes de treze e quatorze séculos atrás, que parte em direção sudoeste até atingir o nordeste da atual Argentina. O núcleo se separa alguns séculos depois em dois povos: Ingáin e Kimdá. O ancestral

destes dois povos a arqueologia vai identificar como tradição *Eldoradense*. Enquanto isso, o núcleo principal realiza várias expulsões por seis ou sete séculos gerando núcleos Kanhgág por toda a região sul do Brasil e em partes específicas do território do atual estado de São Paulo.

Araújo (2007) sugere que os Kanhgág e os Laklãnõ se deslocam do norte de Minas para São Paulo, carregando a tradição Una. Concordamos parcialmente com o deslocamento, mas entendemos que a circulação da Una é feita por outro povo, sendo recebida pelos Kanhgág posteriormente, já em São Paulo. A Una é invasora, foi obtida por um núcleo Kanhgág, os paulistas, após se separarem do núcleo principal. O núcleo paulista é o mais antigo núcleo Kanhgág que se separa do principal e que mantém descendentes identificados hoje como Kanhgág. A cerâmica não alcançou diretamente os Kanhgág, passando por outro povo Jê qualquer localizado mais ao norte ou nordeste da região.

Após as últimas separações, que originam os Kanhgág, o núcleo principal se torna restrito para ancestrais relacionados aos Laklãnõ. Antes disso, os Kanhgág expulsos absorvem grande variedade de cerâmicas pela região sul e em partes de São Paulo entre 1500 e 500 anos atrás, podendo ter recebido cerâmicas de outros povos até dois mil anos atrás em território paranaense (Toledo 2020).

Com movimentos dos indígenas em sentido de ida e volta, a cerâmica pode ter sido recebida nos territórios mais ao sul. É difícil definir o momento em que os Jê chegam nas terras altas do Sul, mas pelos registros linguísticos e arqueológicos, isto não ocorre antes de três mil anos atrás e não é após mil e trezentos anos atrás. Schmitz (2009) sugere a chegada há no máximo dois mil anos atrás.

Consultas para outras autorias, além de execução de novas pesquisas arqueológicas devem auxiliar a mapear períodos e locais de maneira mais precisa, tanto separações de núcleos Kanhgág, como as chegadas dos Jê no sul do Brasil. Por exemplo, os povos Jê que residiram e residem na região sul da América (Kanhgág, Laklãnõ, Ingaín e Kimdá) absorvem populações ceramistas vizinhas. As populações são de pontos localizados entre o norte e noroeste do Uruguai e o leste da Argentina (Brochado 1984, Ribeiro 2000). A área é tradição Vieira. Brochado (1984) não relaciona estas cerâmicas com os Jê, mas com populações Guaraní. Araújo (2007) situa os sítios mais antigos da Itararé-Taquara em 1800 anos atrás no nordeste do Rio Grande do Sul. Mas este registro pode tanto ser de uma frente Kanhgág adiantada, como o mais provável, registros dos originais ceramistas.

A cerâmica sobe com os Kanhgág até São Paulo. Araújo afirma que a menor quantidade de datações limita a percepção em Santa Catarina e no Paraná. Como a cerâmica surge da Vieira, a situação deve se manter. O autor tenta justificar que a cerâmica vem do Norte, hipótese que

discordamos, e menciona uma datação de cinco mil anos atrás na região com base em Masi (2006). Se a datação for considerada, a discussão sobre as cerâmicas no Sul precisa ser revista. No entanto, estas não podem ser compreendidas como ancestrais dos Jê. Atualmente (Masi 2021) considera que os Laklãnõ são descendentes da tradição Umbu e que ocuparam a região leste entre a serra e o litoral de Santa Catarina. É uma hipótese que discordo. Compreendo que as tradições Humaitá, Umbu e Vieira são estreitamente relacionadas entre si e que remetem para um povo com ancestrais comuns com os Charrua e Minuano. Mas concordo com Masi (2006) que há influências nítidas da Humaitá e Umbu no sistema cultural dos Jê do Sul, notadamente para os Kanhgág, e que ocorre em algum período entre mil e dois mil anos atrás. Concorde com Araujo (2007) que separar a Umbu e a Humaitá pela ausência/presença de projéteis é um erro. Além disso, a população que Masi (2021) identifica como Xokleng (i.e., Laklãnõ) entre serra e litoral é obviamente Kanhgág, expulsa do núcleo principal.

Brochado (1984) situa a presença da Vieira entre 1000 e 1500 anos atrás, no Rio Grande do Sul, mas em território à oeste. O registo pode ser tanto de uma frente prematura de Kanhgág, ou Ingaín, como dos produtores originais da cerâmica Vieira. A tradição influenciará parte da cerâmica que Araújo chama de Itararé-Taquara.

Lavina (1994) sugere que ausência, ou baixa presença, de cerâmica nos sítios que remetem para os Laklãnõ ocorre, pois, vasilhames de madeira, cestas enceradas, e a presença de água próxima de acampamentos são alternativas para a população. Em Gakran e Campos (2021) há descrições de várias atividades e são sempre resolvidas com perecíveis: Taquaras de bambu, cochos de árvores, vestimentas e cestos de urtiga, instrumentos de madeira e outros. Não há necessidade de cerâmica.

Noelli (1996) recupera um texto de Pedro Ignácio Schmitz e questiona como povos com muita cerâmica nos sítios podem não ter agricultura desenvolvida. Considerando que Toledo (2020) em comunicação pessoal com D'Angelis, e que concordo, sugerem que o consumo de mandioca não é hábito autóctone Laklãnõ, e que, além disso, tanto a agricultura como a pesca são tecnologias invasoras (Hoerhann 2005), proponho reflexão inversa: Como um povo sem agricultura estabelecida, que vive em deslocamentos contínuos por terras montanhosas, frias e íngremes, tendo subsistência baseada na caça de animais selvagens, no consumo de mel e na coleta de sementes de araucária pode ter cerâmica em larga quantidade? Lima (2019) propõe respostas para os questionamentos, para povos Jê. A autora lista dezenas de povos Jê e suas práticas de agricultura. No entanto, não apresenta nenhum mito, rito ou prática de agricultura do povo Laklãnõ. A agricultura (quiçá “horticultura” ou ainda “cultivo da floresta”) é estabelecida apenas nos povos que

se separam do núcleo principal. Analisando textos de Souza (1918), Henry (1964), Hoerhann (2005) e Schmitz (2009), é fácil entender que um povo que possui as habitações, como temporárias, reproduz a característica de descarte para outros materiais, como cestarias, vestes e até ornamentos pessoais como labretes. São elementos de origem vegetal, perecíveis, com decomposição rápida, com raros ou inexistentes resquícios acessíveis para a arqueologia encontrar futuramente (Schmitz e Becker 2006).

A arqueologia descreve frequentes abandonos e multiplicações de estruturas subterrâneas (Masi 2006) pelos Jê do Sul, reforçando a cultura de descarte. Sobre essas estruturas, além de moradias, podem ser armadilhas e estoques de pinhões. A percepção é que o povo produz novo material ao se assentar ao invés de o transportar. A alimentação não necessita de transporte, talvez estoque para breve conservação (Brochado 1984, Masi 2006, Poirier 2006, Schmitz 2009). As práticas são valorizadas pelo terreno acidentado e íngreme, característico de montanhas.

A preservação do pinhão é favorecida pela baixa temperatura, combinada com a conservação em água corrente, enterrados e em cestas enceradas (Schmitz 2009). Masi (2006) vislumbra ainda o armazenamento de pinhões em bolsões de água dentro de estruturas subterrâneas, naturalmente mais úmidas por características geológicas.

Lavina (1994) registra que a ausência de cerâmica não impede a presença de outros registros materiais como os líticos. Além dos artefatos líticos há ainda: Estruturas subterrâneas, montículos funerários e carvões disponíveis nas fogueiras. Ribeiro (2000) sugere que as estruturas subterrâneas são posteriores, dois ou três séculos, à invasão cerâmica nos sítios Jê do sul. Elas teriam dois mil anos. O que colocaria as cerâmicas distantes dos Jê, e apenas após a chegada destes as cerâmicas ocorrem simultaneamente com as estruturas. Brochado (1984) afirma que as estruturas são prévias, entre quinhentos e dois mil anos antes das cerâmicas.

Ribeiro (2000) relaciona as tradições Humaitá e Taquara, pois a área de ocupação é a mesma. Desde o sul paulista até o norte gaúcho, atingindo as *Misiones* argentinas. A Taquara teria alcançado a região apenas no século II ou III da era cristã. Aponta a tradição Umbu no planalto, e sua substituição pela Vieira. Araújo (2007) também sugere origem sulina da influência cerâmica sobre os Jê do sul.

O problema de datar estruturas subterrâneas está na precariedade e raridade de material (Poirier 1997, Reis 2007). Mas a hipótese de José Brochado é plausível, pela maioria das estruturas do sul estarem localizadas acima dos 600 metros de altitude (Brochado 1984, Reis 2002, Masi 2006, Araújo 2007), próximas a água (Reis 2002), e por se espalharem por uma longa região onde não se espalhariam tão rápido por uma área tão grande (Ribeiro 2000, Reis 2002). As estruturas no

litoral de Santa Catarina e tidas como de ancestrais dos Jê, perdem a pouca credibilidade, ao serem confirmadas como formações naturais por novos e melhor preparados pesquisadores (Reis 2015). Ribeiro (2000) diz ser improvável as estruturas no litoral por questões climáticas e geológicas. Poirier (1997) alega razões climáticas, arqueológicas e psicológicas enquanto dificuldades práticas para tal possibilidade.

As datações dos sítios com presença de estruturas na região sul colocam a ocupação da região por quase dois milênios, desde o início do século II até o final do século XIX (Reis 2007, Reis 2002). Mas se limitarmos às coletas de materiais realizadas apenas dentro das estruturas o intervalo é reduzido entre os séculos IV e XVI (Ribeiro 2000, Reis 2002). São dois extremos próximos de quando a linguística divide os povos Jê do Sul em dois grupos e posteriormente em quatro grupos.

A faixa de *quasi*-coincidência cronológica explica não a separação inicial, mas quando são sentidos efeitos da separação mais definitiva, permitindo estabelecer distinções linguística, de cultura material, e biológica. Assim, a sobreposição entre a linguística e a arqueologia indicam o final das separações, e não o seu início. A percepção é entendida também para as demais separações sugeridas.

Para o sul, a questão é importante pois a cerâmica mais antiga está no sul do território. Antes de se estabelecer enquanto povo distinto, a população foi até terras mais ao sul, com apenas parte da população intencionalmente adotado nas cerâmicas. A opção de adotar cerâmicas sofre influência da decisão de adotar territórios com menor altitude e maior mobilidade, com condições para o feitiço e transporte de cerâmicas. É o planalto sulino. Ao serem expulsos daqueles que permanecem na serra, as frentes absorvem indígenas do planalto, e que produziam as ditas cerâmicas.

Restringir o intervalo temporal aos sítios com estruturas subterrâneas se deve, pois, é característica de quem habitava as partes altas das montanhas, como o núcleo principal. Outros aspectos culturais são incorporados e perdidos ao ser afastarem, e se admite que a ocupação do Sul é anterior ao período de datação das cerâmicas.

Como as datações mais antigas são localizadas no Rio Grande do Sul, e que não apresentam as estruturas, é possível fazer três indagações sobre os Jê do Sul:

I) A cerâmica veio do sul e/ou sudoeste, reforçando a hipótese de a influência ser Vieira e depois Tupiguarani.

II) O primeiro núcleo Jê que chega no sul não possui cerâmica e não irradia as estruturas subterrâneas como o núcleo principal o faz, sugerindo a expulsão daquele por este, sendo

populações próximas aos Kanhgág os primeiros ceramistas Jê do sul. E coloca os Kanhgág como primeiros Jê a atingir o sul e toda a parte abaixo dos 600 metros de altitude. Schmitz (2009) concorda com a ocupação primeiro dos planaltos. Se os ancestrais Kanhgág permanecem nos territórios de altitude média, os ancestrais Laklãnõ transitam por áreas mais altas na região, mas chegam com algum atraso.

III) A chegada dos Jê ao sul é prévia, pois é necessário percorrer toda a região sul, antes de absorver a cerâmica, colocando os Jê no sul antes da datação conhecida.

Não devem ser descartadas longos movimentos norte-sul-norte entre a serra pelo núcleo principal e oeste-leste-oeste realizados por outras frentes.

Devemos considerar três migrações Jê para o sul do continente. A primeira é para o sudoeste, com os Ingaín e Kimdá ao nordeste da Argentina. A segunda é a população que contata ceramistas do extremo sul, dispersando os Jê além das terras altas. Wiesemann (1978) defende que os Laklãnõ descem antes dos Kanhgág. A análise da autora se orienta pelas línguas, compreendendo uma separação entre Laklãnõ e Kanhgág e após isso entre diferentes Kanhgág. Compreendemos que foram múltiplas expulsões e que os grupos então passam a se identificar como Kanhgág. A ordem de separação de Wiesemann está correta, mas são processos provocados pelo núcleo que se identifica depois como Laklãnõ, e não provocados pelo grupo que na atualidade se identifica como Kanhgág.

A população se divide em núcleos Kanhgág, sendo expulsa anteriormente, em diferentes momentos, nos territórios ao norte pelo núcleo principal, que é a última a chegar. A última é a população que habita as partes altas da serra. Esta população é entendida como ancestrais diretos dos Laklãnõ. As três frentes em conjunto espalham línguas e genes pela região sul, além de araucárias.

A primeira divisão é antes do século VIII (Jolkesky 2010), e parte do território do Paraná, em áreas acima de 400 metros, sentido nordeste => sudoeste, chegando à Argentina. Os trajetos exploram caminhos na direção São Paulo => Argentina sem cruzar rios. Os caminhos e os locais de parada são utilizados pelos Kanhgág até os séculos XVII e XIX. Lima (1842) indica Tavens (Ingaín) no começo do século XIX no Paraná, entre o ponto de separação e o destino destes indígenas. O que pode indicar:

I) Um grupo separado do conglomerado Ingaín que permanece na região.

II) O povo Ingaín indo e vindo.

III) A população tida como Kanhgág no século XIX pode ser antes identificada como Taven.

IV) Homonímia

Assumo que a separação entre os Ingaín-Kimdá e os Laklãnõ-Kanhgág ocorre entre os atuais estados de São Paulo e Paraná. Todo o trajeto feito pela população até a Argentina possui resquícios ou presença de contínua ocupação de araucárias, sendo que os viajantes evitam intencionalmente o cruzamento de rios, seguindo pelas partes altas.

Não há registro ou memória de utilização antiga nos povos Jê do sul de barcos, canoas, redes, balsas, pontes ou atividades de natação, mergulho, pesca ou similares. Mesmo a alimentação de moluscos e peixes deve ser problematizada. A presença de água doce, peixes e animais marinhos nos mitos tradicionais ocorre por trocas com outros povos, ocorrendo também a invasão de culturas não-indígenas após 1500. Lavina (1994) registra a inexistência de peixes nos sítios Laklãnõ. Os Kanhgág possuem técnicas de pesca tidas como tradicionais, mas que foram absorvidas de povos que escravizaram, como os Xetá. Os Laklãnõ possuem técnicas aprendidas tardiamente, algumas por influência Kanhgág, outras por influência não-indígena. Outra separação definitiva ocorre antes do século XIV (Jolkesky 2010), entre os povos Laklãnõ e Kanhgág. O núcleo principal transita pelas partes altas da Serra Geral do Mar entre o nordeste do Rio Grande do Sul e o sul do Paraná, com outros grupos sendo expulsos para o planalto, via de regra para oeste.

Brochado (1984) e Ribeiro (2000) analisam a zona entre as tradições Taquara e a Tupiguarani onde percebemos as características:

I) Pontos geográficos extremos da área de tradição arqueológica e da floresta de araucárias.

II) Altitudes menores as que predominam estruturas subterrâneas.

III) Tempos mais recentes.

São distantes do núcleo principal, e a absorção de cerâmica não atinge a população totalmente, mas certos grupos, Kanhgág expulsos do núcleo tradicional.

Outra afirmação surge: A capacidade de outros povos entrarem nos territórios Jê se não era limitada, era inexistente. O que havia era dificuldade de outros povos entrarem nos limites mais marginais do território ocupado pelo núcleo principal dos Jê pela presença de inúmeros outros núcleos também Jê ao redor. Em outro texto (Schmitz 2009) afirma que a entrada de indígenas Mbyá e Ñandevá na área Jê não ocorre pelas numerosas habitações. Ribeiro (2000) e Araújo (2007)

comentam sobre uma linha divisória entre a serra e o litoral, separando espacialmente povos Jê de outros povos.

Ribeiro (2000) divide a região da tradição Taquara em três tipos geológicos, a primeira é privilegiada para uma população que priorize isolamento geográfico, baixas temperaturas, paredões de pedra, elevadas altitudes, limitada fauna e densa presença de araucárias. Essa região é de ocupação culturalmente conservadora, tradicional, e próxima ao núcleo populacional principal, no caso, ancestrais diretos dos Laklãnõ.

A segunda região sugere grupos mais flexíveis ao meio ambiente e às práticas culturais, como populações propícias a absorver elementos culturais e biológicos terceiros. São altitudes médias, variedade de fauna, presença regular de araucárias, permitindo dispersão territorial com mobilidade, maior reprodução populacional, e provocando contatos contínuos com outras populações indígenas.

Pelas perseguições e sequestros dos Kanhgág contra os Xetá e da presença de cerâmica Tupiguarani nas bordas e limites da região, se assume que a região foi ocupada por ancestrais diretos dos Kanhgág. A situação explica o contato antecipado dos Kanhgág face os Laklãnõ com a cerâmica, tanto Vieira, como Tupiguarani.

A hipótese de dispersão em múltiplas frentes se reforça pela diversidade linguística entre os Kanhgág (Wiesemann 1978), pela maior densidade populacional quando em comparação com os Laklãnõ visível desde sempre, e pelos múltiplos núcleos populacionais por toda a região. A maior propensão Kanhgág de estabelecer contatos com não-indígenas eleva a compreensão de ser um povo tradicionalmente e culturalmente menos conservador e mais adepto ao convívio com outras culturas, com tal adaptabilidade sendo perceptível até a atualidade (Virgílio 2024).

Registe-se que vários autores ao apresentarem estas duas regiões territoriais tratam as duas como se fossem uma só (Lavina 1994). Isto provoca dificuldades em separar as ocupações dos Kanhgág da ocupação dos Laklãnõ, e incentiva similitudes entre os dois povos que não possuem sustentabilidade empírica mínima. A terceira e última região não parece ter sido sistematicamente habitada por povos identificados como Kanhgág ou Laklãnõ. Carece de subsídios etnográficos sugestões que relacionam o litoral sul com povos Jê pouco antes das invasões europeias. O que ocorre é que frentes adiantadas se separam do núcleo principal, abandonam a serra, e partem para o litoral. Essas frentes são as responsáveis pelos contatos Jê com os sambaquis de toda a região sul.

Neves (1988) sugere a possibilidade de distinção entre Kanhgág e Laklãnõ, hipótese impossível pois no período a separação não era estabelecida, ainda que os grupos que se envolvem com populações costeiras fossem expulsos do núcleo principal e não mais retornem para lá. No

mesmo texto outra informação deve ser destacada: Há muito maior similitude biológica entre as mulheres que os homens.

Os homens vinham de uma tradição de absorção de corpos terceiros, tanto da Vieira ao sul, como de ancestrais dos Xetá (explicando ainda os distintos tembetás), enquanto as mulheres sambaquis não circulam na mesma proporção, Neves (1988) chega a sugerir que sejam sociedades matrilineares. Entendo que os sambaquis não apenas eram matrilineares como matriarcalmente organizadas. Sítios identificados como pescadores-coletores é reflexo de maior proporção de indivíduos Guarani/Xetá.

Se não for um sítio isolado com somente ancestrais de Guarani, representam escravos entre ancestrais dos Jê, e não devemos ignorar que os escravos podem ser concentrados em um local, como uma primitiva capital, polo ou porto central ou outra explicação que favoreça manter muitos escravos em apenas uma localidade. A tensão provocada entre uma sociedade matriarcal com uma patriarcal ajuda a compreender a menor fecundidade (Neves 1988) observada nos sítios e o completo desaparecimento pouco tempo depois dos traços da sociedade presa (matriarcal) na sociedade predadora (patriarcal) que a absorveu. O provável é que não foi dado valor para a história, a língua, o mito, a memória e a cultura das mulheres pelos homens.

A ausência de araucárias, fauna distinta, temperaturas e geologia díspares, entre outros fatores, demandam muitas adaptações culturais e ambientais que não encontram resquícios na memória dos povos contemporâneos ou nos registros de cronistas, viajantes, historiadores, escritores de literatura, ou ainda na arqueologia. Com exceção de cavernas em cachoeiras, onde há depósito de ossos de crianças, refúgio de sobrevivência e oficina lítica, as demais atividades que envolvem envolvimento com águas marinhas e fluviais, são práticas recentes.

É, no entanto, possível que grupos errantes partam para o litoral, antes de invasões europeias, sendo exterminados ou absorvidos pelos litorâneos. O depósito de ossadas infantis, ao invés da cremação, é parte da cultura Laklãnõ. Em resumo, não se cremam crianças para permitir que elas renasçam no futuro, via de regra como irmão ou primo.

Ribeiro (2000) menciona a discrepância de características dos sítios à oeste e leste da serra (planalto e litoral) com os serranos, sem se dar conta que se tratam de populações completamente diferentes. A população à oeste é claramente Jê, como a serrana, mas distinta, e a outra, não é Jê, sendo caracterizada como Tupiguarani.

Convém recuperar as datas dos sítios para estabelecer uma cronologia da dispersão das cerâmicas e das populações. Inicialmente se destaca que as sugeridas datas de separações (séculos VII-VIII e séculos XIV-XV) de populações Jê no sul do Brasil não devem ser vistas como

rompimentos iminentes. As separações são longos processos de distanciamento e reaproximação, com as datas sendo marcadas pelo período enquanto população semi-homogênea. É um processo de rompimento que se estende por séculos e que tem como consequência o isolamento de uma das populações perante as demais, não se tratando de uma simples e imediata cisão.

Por exemplo, é possível identificar em Schmitz (2016) que na região do planalto do Rio Grande do Sul há uma população que possui tanto características típicas dos Laklãnõ como dos Kanhgág. A ocupação é em terras mais altas e com montículos funerários (dos primeiros), mas com cerâmica mais trabalhada, e presença de disposição de corpos em aterros funerários (características dos segundos).

No mesmo texto, as datações de extremos entre os dois períodos identificados (séculos XI-XIII e séculos XV-XIX) sugere que a primeira leva de ocupações se dá próximo à separação entre Laklãnõ e Kanhgág, enquanto que a segunda ocorre quando os Kanhgág se firmam como povo distinto da população Laklãnõ. A negativa da identificação com as estruturas subterrâneas por parte dos Kanhgág (Schmitz 2016) permite a compreensão que esta característica ou era tida como “de outro povo” do qual se separaram (no caso, Laklãnõ), ou não seria mantida após a separação.

A menor, ou inexistente, presença de cerâmica nos sítios de Santa Catarina apontada por Schmitz (2016) reforça que ela vem do Oeste, e pelos Kanhgág. Neves (1988) confirma a origem oeste, mas diz ser Mbyá ou Laklãnõ, hipótese que não se sustenta. Além disso, as datações em Santa Catarina, entre 1300 e 560 anos atrás, reforçam que a cerâmica é tardia, e importada de outra população, como o próprio autor atesta, sendo inexistentes as cerâmicas até poucos séculos atrás.

Em outro sítio, a datação ocorre em faixa próxima, entre 1130 e 630 anos atrás, com cerâmicas raras e restritas ao uso como material de barreira em fogueira (Schmitz 2016). Em outro sítio em Santa Catarina (Schmitz 2016) é possível identificar a cremação de mortos (exclusiva aos Laklãnõ), entre os séculos XIV e XVII, reforçando a cisão realizada entre os povos por volta do século XIV.

Brochado (1984) recupera sítios sem cerâmica, entre 200 e 950 anos no sul. Sítios que são continuidades dos que ocuparam partes altas da serra e que utilizam estruturas subterrâneas. Há sítios com materiais líticos parecidos e com cerâmica no interior em regiões próximas, porém em menor altitude e com menos estruturas subterrâneas, José Brochado sugere que alguns sítios são caracterizados pela presença de cerâmica e outros não por serem oficinas. No entanto, as diferenças e as similitudes entre os sítios indicam justamente que uma ou mais populações não são atingidas por frentes ceramistas até mil anos atrás, sendo possível nunca terem absorvido cerâmica, enquanto outras a adotam. Independentemente do caso, a cerâmica é invasora, e, portanto, não é Jê. Além

disso, com apenas um grupo transitando pelas partes altas e com mais estruturas subterrâneas, se sustenta serem ancestrais diretos dos Laklãnõ os sítios sem cerâmicas e sítios Kanhgág aqueles com cerâmica.

O trânsito pelas serras com florestas de araucárias ocorre por todo o período. E durante as circulações é que em pontos extremos há trocas de cerâmicas entre povos vizinhos. É justamente neste período (entre os séculos VII e XV) que José Brochado (1984) identifica a presença de cerâmica Itararé como invasora em sítios Mbyá.

Este intervalo temporal, entre séculos VII e XV é, curiosamente, os momentos onde são sentidas as separações Ingaín-Kimdá e Laklãnõ-Kanhgág e posteriormente entre Kanhgág e Laklãnõ. Não é coincidência. São estas separações que circulam as cerâmicas. Brochado (1984) afirma que nem a cerâmica Itararé, nem os Mbyá, nunca alcançaram os territórios Laklãnõ. O contato e a circulação são todos Kanhgág. A ausência de cerâmica em apenas alguns locais, justamente nos inacessíveis, admite que a população não mantinha contato de trocas com quem reside nas partes baixas e que absorvem as cerâmicas. E a maior presença de estruturas subterrâneas, e a ausência de cemitérios indica um grupo culturalmente mais conservador.

Sobre as separações, Wiesemann (1978) os identifica entre povos Jê ao longo do tempo, especificamente descritas para populações Kanhgág, que continuamente se aproximavam e se afastavam uns dos outros. No entanto, a autora considera que os indígenas atravessam os rios. É uma hipótese que discordamos completamente.

Compreendemos que ao serem expulsos pelo núcleo principal que permanece na serra, cada um dos grupos expulsos segue para oeste com trânsito nos sentidos leste-oeste-leste, sem nunca retornar para as partes mais altas da serra. Os contatos entre alguns dos grupos são possíveis pois há áreas de contato que não demandam a travessia de grandes rios, assim como as passagens pelos atuais territórios dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, contornando a Serra Geral do Mar.

Para o leste da serra está o mar, que é visível dos locais altos da região, orientando uma preferência para as separações seguirem via de regra para o oeste, e evitar a água. Uma série de histórias e mitos dos Laklãnõ, e de outros povos Jê, mencionam a subida em montanhas para saber o caminho a seguir. Esta percepção espacial obtida nos pontos mais altos auxilia a compreender a preferência e o trânsito pelos pontos mais altos entre os pontos mais altos desde o Brasil central, como o contínuo distanciamento que se mantém do mar. Cada localização elevada permite identificar outra localização tão ou mais elevada que a presente e as anteriores.

Lavina (1994), que trata especificamente dos Laklãnõ, sinaliza movimentos de idas e vindas entre diferentes grupos e locais. Estas movimentações, separações e reuniões são repetidamente

descritas nas memórias, mitos e histórias dos Laklãnõ. Henry (1964) é outro autor que menciona separações populacionais, no entanto menciona as reaproximações de uma maneira bastante distinta:

Por centenas de anos, existiram várias famílias extensas Laklãnõ e eles viveram em um estado de rivalidade perpétua entre si. Linhagens inteiras foram destruídas e outras, vencidas pelo pânico, vagaram para as florestas sem fim, para nunca mais serem encontradas. [...] Eram “*kóinggegn utpá*”, “homens diferentes” para eles, embora fossem primos-irmãos de sangue. [...] Na terminologia Laklãnõ “um grupo diferente do nosso povo” [...], inimigos, “algo que não é bom”, e cortados dos laços de sangue no comportamento, senão de fato (Henry 1964, 50-51, destaque do autor).

Não deve ser difícil compreender do que trata o trecho “*vagaram para as florestas sem fim, para nunca mais serem encontradas*”. É justamente as expulsões que geram todas as divisões populacionais entre os povos Jê no sul do Brasil, e muito provavelmente todas as separações que saíram do núcleo Jê populacional principal original.

Não é sem coincidência que os grupos expulsos passem a se identificar como Kanhgág (em tradução literal homem, mas sendo uma contração de outros homens), uma vez que não possuíam qualquer identificação prévia ou etnônimo enquanto povo.

Não se deve descartar que os núcleos expulsos fossem compostos apenas por homens, com poucas mulheres, o que explica a perseguição que os Kanhgág realizavam contra outros povos para obterem mulheres e crianças. Souza (1918) identifica várias mulheres e crianças Oti (Xavante) convivendo entre os Kanhgág.

Essa ocorrência, se generalizada, explica os casos de indivíduos Kanhgág (sempre homens) que se aliam com frentes coloniais para missões de extermínio, afugentamento, sequestro e aproximação de diferentes povos indígenas por toda a região sul.

Além da falta de etnônimos, outras perdas-novidades-alterações ocorrem entre os Kanhgág. A matéria é extensa, mas desde importações de termos de outras línguas até a simplificação da própria língua, o abandono do uso das estruturas subterrâneas, passando por uma longa lista de mitos, alimentos, bebidas e cantos obtidos de outros povos até a absorção de todo tipo de cultura material, como a cerâmica. A adaptabilidade cultural inicia com elementos de outros povos indígenas, mas se expande para as produzidas pelos invasores oriundos da Europa.

A hipótese de o que compreendemos hoje como populações Kanhgág serem um punhado de populações que foram absorvidas e misturadas não é sequer inédita, Tanto Souza (1918) como Araujo (2007) sugerem imperfeições e misturas na cultura.

O que Araújo chama de população parental compreendo como núcleo principal, mas distante deste que sugere ser um ancestral Kanhgág, compreendo que é geneticamente e culturalmente próximo aos Laklãnõ. Além disso, na sugestão de Araújo o núcleo principal é integrado por novos corpos populacionais, o que discordo. Entendo que o núcleo libera corpos menores que se misturaram com corpos vizinhos.

Trata-se de adaptação e absorção cultural ao se misturar com contingentes de corpos de povos terceiros. E é assim que compreendo que a cerâmica e as mudanças de organização, a adoção da escravidão, e o abandono dos rituais de cremação e das estruturas subterrâneas, a perda no uso de labretes, e mudanças severas na língua e nos mitos, na bebida e nos alimentos tradicionais chegam aos Kanhgág.

Os núcleos novos não retornam ao núcleo principal, avançando para outros territórios, em novas frentes de expansão, sem contato pacífico com o núcleo principal, justamente pela expulsão *quasi*-irreversível. O comportamento deve ser característico de todos os corpos expulsos do núcleo principal, mas dado o menor intervalo temporal os efeitos são mais perceptíveis apenas em separações recentes.

A poliginia, costume relacionado ao povo Laklãnõ demanda uma população de mulheres que é superior a população de homens. Se não há abastecimento externo e recorrente de mulheres (situação que não se sustenta nem pela memória oral nem pelos relatos de cronistas, viajantes, militares e missionários) é necessário remover o excedente masculino. Como não há registros de infanticídios masculinos entre os Laklãnõ, sobra a remoção ser realizada na juventude ou idade adulta. Não faltam relatos de famílias que se separam após a tentativa de usurpar a liderança. Ora o antigo líder é morto e seus chegados expulsos, ora quem tenta o golpe falha e foge. As fugas ainda explicam a enorme facilidade que grupos Kanhgág mantinham de se alinhar em dinâmicas de submissão voluntária com outras populações, indígenas ou não.

É previsível que a imensa parte dos grupos que são sistematicamente expulsos ou fogem são compostos quase exclusivamente por homens, como o modo de referência feito pelos Laklãnõ, outros homens, reforça. A fala e a posição distintas das mulheres Karajá se destaca também, pois, algum fator social qualquer facilitou a imposição de lugar de destaque das mulheres na sociedade. A situação ainda explica a grande frequência de absorção de cerâmica entre os núcleos que são separados. Via de regra quem produz cerâmica são as mulheres, justamente as partes faltantes nos núcleos Jê que vão sendo sistematicamente expulsos.

Sobre as últimas separações e os três povos fundadores

Urban (1978) sugere uma separação dois séculos atrás, em território do Paraná, onde um núcleo possui desproporcional quantidade de mulheres perante outro. O grupo com residual quantidade de mulheres é expulso do grupo principal anteriormente e é compatível com a tese que traçamos na primeira parte deste artigo para o modelo de expansão e separação de populações Jê. Se a separação ocorre antes do início do século XIX, não houve tempo suficiente para os núcleos serem culturalmente distintos, impedindo o grupo menor ser identificado como Kanhgág.

Urban sugere que o grupo expulso (*Kañre*) retorna o contato com o núcleo maior (*Waikómang*) e realiza uma vingança. Resquícios da disputa são percebidas na memória oral até a atualidade, como visto ao consultar Gakran e Campos (2021).

No entanto, distante da proposta de Urban, não compreendo que se trate de duas metades clânicas ou cerimoniais os *Kañre* e os *Waikómang*. O que ocorre são simples separações de núcleos populacionais. Um grupo passa a ser identificado pelo nome de sua liderança (*Angyidn*). *Angyidn* é filho de uma antiga liderança (Urban 1978, Gakran e Campos 2021), de nome Kuvenh, e quando este foi assassinado, um grupo se refugia na serra do tabuleiro e se separa do núcleo principal. O grupo foi exterminado entre 1940 e 1978, segundo diferentes leituras, e teria optado por não tentar se aproximar dos demais, por motivos que são desconhecidos.

Outro grupo, maior que os demais, e recorrente acumulador de mulheres tidas como viúvas (*Waikómang*, é erro de grafia de *vanh ko mã*, tradução literal para o período de isolamento de viúvas) dos outros núcleos é sistematicamente atacado pelos desafetos tentando recuperarem as mulheres e o controle do núcleo maior. Este núcleo tinha maior cobertura territorial e capacidade de deslocamento pela parte alta.

Um terceiro grupo, de população reduzida, e que atualmente representa todos os Laklãnõ e que foi identificado como *Kañre* teria obtido o último sucesso conhecido em uma destas investidas e absorvido toda a população do grupo maior.

Além destes núcleos que é possível a recuperação, há um grupo com população residual que não se esforçou em perseguir desafetos ou disputar territórios. O grupo fica conhecido como *Gógklózy tō pléj* por alguns autores e permanece residindo entre áreas próximas aos atuais municípios de Matos Costa, Calmon e Porto União, em Santa Catarina. Não se deve excluir que a população manteve algum tipo de contato com a população principal até o final do século XIX.

A população é a sobrevivente mais antiga a se separar e que não se identifica como Kanhgág. É a que apresenta maior perda de valores culturais, como língua, nomes tradicionais, e

outras características, como o próprio nome, que em tradução literal são os de labretes finos, contrastantes com os demais. É muito provável que a população tenha se incorporado com indígenas Xetá em algum período remoto.

Há um núcleo que é alardeado que partiu para o Mato Grosso na memória tradicional. Remete para uma separação muito anterior, e que se não foi exterminado ou absorvido por outra população no deslocamento, remete para uma das populações que se identifica como Kanhgág entre o oeste catarinense e a região de Guarapuava, no Paraná. É possível que seja a população que é identificada como *Gualachos* no Paraná no século XVII, e que a separação teria ocorrido muito tempo antes e é difícil considerar esta população como efetivamente Laklãnõ.

Há menções para uma população denominada *Kózyklãnõ*. Pelo nome (aqueles que andam nas pedras), é o grupo que se refugia nas partes inacessíveis das montanhas, e diria que nas partes mais frias, em algum local entre as atuais cidades de Urupema, São Joaquim e Urubici, com provável deslocamento para os arredores de Alfredo Wagner. O núcleo manteve relações com o grupo maior, em períodos cerimoniais, pois há memórias de episódios incorporados pelos Laklãnõ atuais.

Concluídos os comentários sobre as últimas separações, exponho abaixo o mínimo sobre os três povos fundadores originais que pode ser recuperado.

Cruz (2014) afirma explicitamente que os adornos labiais são colocados nos meninos pelas mães e avós nos rituais de iniciação, indicando que o ornamento pode ter vindo de uma população majoritariamente feminina. Dada a predominância do ornamento entre todos os povos do tronco linguístico Macrojê, e da presença de labretes nos Chiquitano, e do discutido anteriormente, compreendo que a tradição de ornamentos labiais surge com este povo ancestral. E está diretamente ligado ao povo que é conhecido nos mitos Laklãnõ como *Kainlé*, afetando todos os povos Jê que surgiram a partir daí.

É de considerar que os *Klendó* e os *Vājēky* possuam uma origem comum há alguns milhares de anos atrás. Compreendo que os primeiros possuem origem não-mongoloide e que focavam em ocupar as partes altas do Brasil Central. Se este for o caso, é possível que passados alguns séculos ou milênios com a subida dos mares os dois grupos se encontram nas serras e se unem como um só povo.

Ocorre que pela enorme distinção cultural entre os *Klendó* (povo da montanha) e os *Vājēky* (povo do litoral), praticamente todo o sistema de divisão em metades binárias de oposição que caracteriza todos os povos Jê: alto (serra) x baixo (litoral), seco (pedra, montanha, fogo) x molhado

(água, litoral), oeste x leste, forte (caçador, predador) x fraco (coletor, escravo), etc., pode ser explicado pela necessidade de organização social que surge com este encontro e com esta união.

A união entre os povos dos ancestrais *Klendó* e *Vājēky* é prévia a união com os *Kainlé*, mas não deve ter sido temporalmente distante. *Kainlé* aparentemente era um povo majoritariamente feminino. Segundo Wiik (2004) tanto os *Klendó* como os *Vājēky* eram masculinos e se apropriavam de mulheres *Kainlé*.

Se este é o caso, os *Kainlé* são os responsáveis pelos labretes, pois eram os fornecedores de mulheres e estas é que conhecem o cerimonial. Há registros de labretes e botoques em todos os povos Jê (a maioria deles inclusive foi chamado de Botocudos), e também entre os Chiquitanos, que compreendo ser o único povo descendente recuperável dos *Kainlé*. Se de fato forneceram substancial quantidade de mulheres, podem ser os incentivadores para a poliginia. É possível que antes de absorverem os *Kainlé*, nem os *Klendó* nem os *Vājēky* tivessem múltiplas mulheres e muito menos adornos como labretes, botoques ou tembetás.

Os *Vājēky* aparentam ser estreitamente relacionados com os sambaquis do litoral, e uma população majoritariamente masculina e com dotes para a construção civil, e, portanto, podem ser responsáveis pelas primeiras estruturas subterrâneas, logo após saírem do litoral e irem para as serras e montanhas. Os *Klendó* teriam colaborado com o seu profundo conhecimento e domínio de deslocamento e sobrevivência nas serras e na disseminação das araucárias.

É complexo estabelecer uma cronologia a partir de um mito de origem de um povo indígena, mas a situação não aconteceu há menos de seis mil anos atrás e não deve ter acontecido há mais de oito mil anos. Se houver a recuperação de grandes episódios vulcânicos na região à oeste do círculo de fogo boliviano e das subidas das marés na região central do litoral brasileiro é possível estabelecer uma faixa mais reduzida de tempo. Além disso, a localização de sítios com mais de oito mil anos atrás pode permitir identificar origens geográficas de maneira mais precisa. O encontro deve ter ocorrido em território que atualmente é considerado brasileiro e não deve ser distante do que se conhece como Brasil Central. A ausência de cemitérios (devido a cremação) deve auxiliar na tarefa.

Compreendo que o povo *Kainlé* é totalmente descendente de povos mongoloides, que o povo *Vājēky* é descendente predominante de povos mongoloides, e que o povo *Klendó* é descendente predominante ou exclusivo de povos não-mongoloides. As frentes mongoloides que vão gerar os *Kainlé* à oeste e os *Vājēky* à leste não devem ser as mesmas, sendo temporal e geograficamente distantes entre si. Consultar os mapas em Dias e Bueno (2013) e em Bueno e Dias (2015).

Referências Bibliográficas

- Araujo, A. G. M. “A tradição cerâmica Itararé-Taquara”. *Revista de Arqueologia* 20, n. 1 (2007): 9–38.
- Bauermann, S. G., e H. Behling. 2009. “Dinâmica paleovegetacional da floresta com araucária a partir do final do pleistoceno: O que mostra a palinologia”. Em *Floresta com araucária*, editado por C. R. Fonseca et al., 35–38. Ribeirão Preto: Holos.
- Brochado, J. J. J. P. 1984. *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America*. University of Illinois.
- Brochado, J. J. J. P. “A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica”. *Dédalo* 27, n. 1 (1989): 65–82.
- Bueno, L. de M. R., e A. S. Dias. “Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro”. *Estudos Avançados* 29, n. 83 (2015): 119–47.
- Cavalcanti-Schiell, H. M. 2007. “As organizações triádicas existem? O caso dos Ijoi Karajá”. Em *Línguas e culturas Macro-Jê*, editado por A. D. Rodrigues e A. C. Cabral, 97–107. Brasília: UNB.
- Cheliz, P. M., et al. “A ocupação humana antiga (11-7 mil anos atrás) do Planalto Meridional Brasileiro: caracterização geomorfológica, geológica, paleoambiental e tecnológica de sítios arqueológicos relacionados a três distintas indústrias líticas”. *Revista Brasileira de Geografia Física* 13, n. 6 (2020): 2552–84.
- Cruz, T. M. S. 2014. *Etnoecologia de paisagens na Terra Indígena Ibirama Laklãnô, Santa Catarina, Brasil*. Florianópolis: PPGECO/UFSC.
- Dias, A. S. “Hunter-gatherer occupation of south Brazilian Atlantic Forest: Paleoenvironment and archaeology”. *Quaternary International* 256, n. 1 (2012): 12–18.
- Dias, A. S., e L. R. Bueno. 2013. “The initial colonization of South America eastern lowlands”. Em *Paleoamerican odyssey*, editado por K. Graf, C. Ketron, e M. Waters, 339–57. Texas: TAMU.
- Dillehay, T. D. “Onde estão os remanescentes ósseos humanos do final do Pleistoceno”? *Revista USP* 34, n. 1 (1997): 22–33.
- Gakran, N., e R. Campos. 2021. *O povo Laklãnô e os outros*. Canoinhas: Edição do autor.

Hemming, J. 2008. “The Indians of Brazil in 1500”. Em *The Cambridge history of Latin America: Volume I*, organizado por L. Bethell, 119–43. Cambridge: University Press.

Henry, J. 1964. *Jungle People: A Kaingáng Tribe of the Highlands of Brazil*. Vintage books.

Hoerhann, R. C. de L. e S. 2005. *O serviço de proteção aos índios e os Botocudo: A política indigenista através dos relatórios (1912-1926)*. Florianópolis: PPGH/UFSC.

Jolkesky, M. P. de V. 2010. *Reconstrução fonológica e lexical do proto-jê meridional*. Campinas: IEL/UNICAMP.

Júnior, G. P. H. 2006. *Arqueologia regional da província cárstica do alto São Francisco: Um estudo das tradições ceramistas Una e Sapucaí*. São Paulo: MAE/USP.

Júnior, O. V. 2020. *Karajá e Xavante: Parentesco Macro-Jê ou contato linguístico?* Campinas: IEL/UNICAMP.

Koch, Z., e M. C. Corrêa. 2002. *Araucária: A floresta do Brasil meridional*. Olhar brasileiro.

Lavina, R. 1994. *Os Xokleng de Santa Catarina*. São Leopoldo: UNISINOS.

Lima, A. G. M. de. “Etnografias Jê e as plantas cultivadas: Contribuições para o debate sobre sistemas agrícolas tradicionais”. *R@U* 11, n. 2 (2019): 293–325.

Lima, F. das C. “Memoria sobre o descobrimento e colonia de Guarapuava”. *Revista Trimensal de Historia e Geographia*. Tomo IV. 13 (1842): 43–64.

Maldi, D. “O complexo cultural do Maricó: Sociedades indígenas dos Rios Branco, Colorado e Mequens, afluentes do Médio Guaporé”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Antropologia* 7, n. 2 (1991): 209–69.

Masi, M. A. N. de. 2006. “Arqueologia das terras altas do sul do Brasil: O baixo vale do rio Canoas, SC”. Em *Xokleng 2860 a. C.*, organizado por M. A. N. de Masi, 47–75. Tubarão: UNISUL.

Masi, M. A. N. de. “Ocupação do litoral norte de Santa Catarina por grupos de caçadores coletores do holoceno inicial”. *Pesquisas - Antropologia* 76, n. 1 (2021): 143–61.

Neves, W. A. 1999. “Os remanescentes ósseos humanos do Sítio PR BS 2: Morro dos Anjos: cura, caracterização geral e afinidades biológicas regionais”. Em *Arqueologia da área prioritária*, editado por I. Chmyz, E. M. Sganzerla, e J. E. Volcov, 166–79. UFPR.

Neves, Walter Alves. “Paleogenética dos grupos pré-históricos do litoral sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina)”. *Pesquisas - Antropologia* 43, n. 1 (1988): 1–178.

Nikulin, A. 2020. *Proto-Macro-Jê: Um estudo reconstrutivo*. Brasília: PPGL/UNB.

Noelli, F. S. “A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas - 1872-2000”. *Revista USP* 44, n. 1 (1999-2000): 218–69.

Noelli, F. S. 2004. “O mapa arqueológico dos povos Jê do sul do Brasil”. Em *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*, 17–55. Londrina: Editora UEL.

Noelli, F. S. “Os Jê do Brasil meridional e a antiguidade da agricultura: Elementos da linguística, arqueologia e etnografia”. *Estudos Ibero-Americanos* 22, n. 1 (1996): 13–25.

Perin, E., et al. “A cronologia Jê meridional e os novos dados para o alto curso do Arroio Cará, Coxilha Rica, Lages, Santa Catarina”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas* 14, n. 2 (2019): 581–609.

Poirier, A. P. P. 2006. *O brasil antes dos brasileiros: A pré-história do nosso país*. Zahar.

Poirier, A. P. P. “O povoamento da América visto do Brasil: Uma perspectiva crítica”. *Revista USP* 34, n. 1 (1997): 8–21.

Reis, J. A. dos. 2002. *Arqueologia dos buracos de bugre*. Caxias do Sul: Editora da UCS.

Reis, L. B. “Apontamentos sobre a ocorrência de estruturas subterrâneas no litoral de Santa Catarina”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. Suplemento 20 (2015): 153–59.

Reis, M. J. 2007. *A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no planalto catarinense*. Erechim: SAB.

Ribeiro, P. A. M. “A tradição Taquara e as casas subterrâneas no sul do Brasil”. *Revista de Arqueologia Americana* 17-19, n. 1 (2000): 9–49.

Schmitz, P. I. “A arqueologia do Jê meridional: Uma longa aventura intelectual”. *Cadernos do CEOM* 29, n. 45 (2016): 7–32.

Schmitz, P. I. 2009. “Povos indígenas associados à floresta com araucária”. Em *Floresta com araucária*, editado por C. R. Fonseca et al., 45–54. Ribeirão Preto: Holos.

Schmitz, P. I., e Í. I. B. Becker. 2006. “Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas”. Em *Arqueologia do Rio Grande do Sul*, 65–90. São Leopoldo: IAP.

Seda, P. R. G., et al. “Do cerrado ao mar”. *Maracanan* 7, n. 7 (2011): 55–82.

Silva, F. A., e F. S. Noelli. “Para uma síntese dos Jês do sul: Igualdade, diferenças e dúvidas para a etnografia, etno-história e arqueologia”. *Estudos Ibero-Americanos* 22, n. 1 (1996).

Silva, M. A. C. e, et al. 2021. “Population histories and genomic diversity of south American natives”. *Molecular Biology and Evolution*, 1–17.

Souza, G. de P. “Notas sobre uma visita a acampamentos de índios Caingangs”. *Revista do Museu Paulista* 20, n. 1 (1918): 739–58.

Toledo, B. F. 2020. *Aproximando os Jê meridionais dos centrais e setentrionais*. Campinas: IEL/UNICAMP.

Urban, G. 1998. “A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas”. Em *História dos índios no Brasil*, organizado por M. C. da Cunha, 87–102. São Paulo: Companhia das Letras.

Urban, G. 1978. *A Model of Shokleng Social Reality*. Chicago: University of Chicago.

Virgílio, J. “Acadêmicos indígenas: Kanhgág na Licenciatura Intercultural Indígena do sul da Mata Atlântica”. *Travessias* 18, n. 2 (2024): 1-21.

Voort, H. “Proto-Jabutí: Um primeiro passo na reconstrução da língua ancestral dos Arikapú e Djeoromitxi”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 2, 2 (2007): 133–68.

Wiesemann, U. G. “Os dialetos da língua Kaingang e o Xokleng”. *Arquivos de Anatomia e Antropologia* 3, n. 3 (1978): 199–217.

Wiik, F. B. 2004. *Christianity Converted: An Ethnographic Analysis of the Xokleng Laklanõ Indians and the Transformations Resulting from Their Encounter with Pentecostalism*. Chicago.